

## Silenciamento dos Costumes Sexuais dos Povos Nativos na obra *História do Brasil*, de Rocha Pombo

Fábio da Silva Gomes (\*)

### Apresentação

Na Europa, no século XIX, a História surgiu como disciplina escolar autônoma, mas não sem sérias discussões acerca do método a ser empregado no seu ensino e também sobre seu objetivo como ciência. Ao longo do século, ela foi se configurando, sob uma ótica positivista, como uma área do conhecimento destinada a usar a memória como suporte para a formação de uma consciência cívica e um forte sentimento de nacionalismo.

Dessa forma, o método a ser empregado era a revisão e a memorização, acreditando-se que a História era linear, sucessiva, sem rupturas, uma narrativa dos fatos ocorridos. Moreira (2010, p.33) complementa essa informação dizendo que a História “voltava-se para o conhecimento do progresso humano, dos grandes vultos e datas memoráveis”, estando “destinada a ensinar sobre o passado glorioso da civilização”, assim como “a formar patriotas”.

Com essa perspectiva, a História tornou-se disciplina obrigatória no Brasil a partir da fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837. Tinha o objetivo de instruir e formar os filhos da elite, os quais sucederiam seus pais na direção do País. A História estudada, nesse contexto, era um reflexo do que tinha acontecido na Europa, como se somente pela ação dos europeus a nação brasileira viesse a se formar. Esse tipo de ensino corroborava a ideia de que as três raças, encabeçadas pelo branco civilizador, formaram, de forma pacífica e complementar, o povo brasileiro.

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), também em 1837, foi fundamental para a legitimação do tipo de História a ser ensinada no País. Os membros desse Instituto, também professores do Colégio Pedro II, estabeleceram as diretrizes dos programas de ensino e dos manuais didáticos.

Em 1843, a dissertação de Karl Friedrich Phillip von Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*, foi a vencedora de um concurso promovido pelo IHGB, tornando-se referência no processo de elaboração dos futuros manuais didáticos e, conseqüentemente, de como ensinar essa disciplina no Brasil. Sallas (1995, p.2) diz que von Martius aventou, com seu trabalho, “a

---

(\*) Aluno do Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professor de História na Educação Básica. E-mail: fabylic@hotmail.com.

possibilidade de constituição de uma civilização nos trópicos”, a partir, obviamente, “da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira História da civilização” (NADAI, 1993, p.143).

Os manuais didáticos, portanto, não deveriam fugir da concepção e metodologia de História embasada na dissertação de von Martius. Ao longo do século XIX e no início do XX, vários manuais foram produzidos. Schmidt (2011, p.126) mencionou que “[esses] manuais [foram] instituidores de modos de fazer ou de construir a escolarização”. Ainda não havia cursos universitários voltados para a formação dos professores, por isso, intelectuais de “notório saber” foram responsáveis por essa produção e difusão da forma de ensino da História.

Dentre esses intelectuais, Rocha Pombo foi um dos mais expressivos, tendo produzido manuais que, por décadas, foram utilizados no ensino de História. Neste artigo, tenho o propósito de apresentar e comentar uma de suas obras, *História do Brasil*. Para tanto, utilizo a 14ª edição da obra (1967), discorro sobre sua organização e estrutura (prefácio, capítulos, imagens, entre outros), enfoco as partes que tratam dos nativos brasileiros e critico o fato de não serem citadas certas práticas desse grupo étnico, já que elas constam em fontes primárias.

### **Rocha Pombo: vida e obra**

José Francisco da Rocha Pombo nasceu no Paraná, em Morretes, em 1857, e faleceu na então capital brasileira, o Rio de Janeiro, em 1933. Seus pais eram Manuel Francisco Rocha Pombo e Angélica da Rocha. Fez o primário em sua cidade natal, formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e se notabilizou como jornalista, professor, poeta, escritor e historiador, considerando essa última ocupação, no contexto em que viveu, alguém que narra a História. Rocha Pombo não foi um historiador como o significado atual desse termo expressa. Essa discussão se fará, neste trabalho, mais adiante. Casou-se com Carmelita Madureira e tiveram seis filhos.

Quando nasceu, fazia apenas sete anos da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, proibindo o comércio transatlântico de escravos. Diante da ineficácia da lei para também acabar com o comércio interno, o movimento abolicionista ganhou força, aglutinando políticos, profissionais liberais e artistas. Rocha Pombo cresceu nesse meio político e social agitado, expressando seu posicionamento abolicionista e mesmo republicano em dois jornais que fundou: *O Povo* e *Eco dos Campos*. Também participou do cenário político, como deputado provincial, eleito pelo Partido Conservador, em 1886.

Em 1892, propôs a criação de uma universidade em Curitiba, projeto ousado, pois Curitiba estava fora do eixo acadêmico naquele momento. Sua proposta incluía os cursos de Direito, Letras, Comércio, Agronomia, Agrimensura e Farmácia, e tinha em vista formar os homens que dirigiriam a cidade, comprometendo-se com a sua modernização, além de serem capazes de guiar outros na

elevação da moral e da intelectualidade (CAMPOS, 2006, p.3). A intelectualidade e a moral eram duas preocupações dele. Seu projeto de universidade se diferenciava pelo caráter humanista e a preocupação com a formação do professor, algo praticamente inédito no Brasil daquele tempo.

Esse projeto não foi implantado, mas, vinte anos depois, em 1912, de fato surgiu a Universidade do Paraná, de cunho privado, com os cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Farmácia, Odontologia e Comércio.<sup>1</sup>

No Rio de Janeiro, lecionou no Colégio Pedro II e na Escola Normal. Foi admitido como sócio efetivo do IHGB e membro da Academia Brasileira de Letras, no entanto, nesta não chegou a tomar posse, porque já se encontrava muito doente e faleceu logo em seguida.

Sua produção bibliográfica foi vasta, abrangendo os gêneros textuais mais diversos, desde o campo da literatura fantástica até a produção historiográfica: *Honra do Barão*, 1881; *Dadá*, 1882; *A religião do belo*, 1882; *Petruccello*, 1889; *Nova crença*, 1889; *A supremacia do ideal*, 1889; *Visões*, 1891; *A Guairá*, 1891; *In excelsis*, 1895; *Marieta*, 1896; *História da América*, 1900; *História do Brasil*, 1905-1917; *História de São Paulo*; *História do Paraná*; *O Paraná no centenário*, 1900; *No hospício*, 1905; *Contos e pontos*, 1911; *Dicionário de sinônimos da Língua Portuguesa*, 1914; *Nossa Pátria*, 1917; *Notas de viagem*, 1918; *História Universal*, 1929.

Dentre essas obras, as que tiveram caráter eminentemente didático foram *História da América*, *História do Brasil*, *História de São Paulo*, *História do Paraná*, *Nossa Pátria* e *História Universal*. Como dito, meu objetivo neste trabalho é analisar o manual *História do Brasil*, no entanto, entendo que sejam importantes alguns comentários sobre outras obras do autor, para que um quadro mais preciso de sua produção bibliográfica e sua postura como autor de manuais didáticos seja compreendida.

*História da América* foi a primeira obra didática a ser produzida por Rocha Pombo. Venceu um concurso promovido pelo Conselho Superior da Instrução Pública do Distrito Federal, em 1897, tendo apenas duas edições (1900 e 1925). Nessa obra, o autor considera o passado colonial do continente fruto de um projeto exploratório das metrópoles europeias, acarretando grande prejuízo para o desenvolvimento do povo que aqui surgiu. Diferenciou-se, nesse ponto, da colonização da América do Norte, realizada por pessoas que buscavam formar uma segunda pátria (VIANNA, 2009, p.2).

Essa visão crítica de Rocha Pombo não se repetiu em outras obras. De fato, *História da América* só teve duas edições, número muito baixo comparado com outras obras do autor. Parece

---

<sup>1</sup> Cinco anos mais tarde, essa universidade foi extinta devido ao Decreto Federal de 1915, proibindo instituições de ensino superior, comparadas às instituições federais, em cidades com menos de 100 mil habitantes (FERREIRA; SILVA, 2011, p.285).

que seu estilo não agradou e Rocha Pombo teve que fazer coro à forma de se escrever a história naquele momento. Isso ficou bem evidente na obra *Nossa Pátria*, que possuía outro formato: voltado para o público infantil, apresentando muitas imagens e letras grandes.

Pretendia, claramente, criar um sentimento de patriotismo a partir de um passado em comum, permeado pelas velhas figuras de heróis, tendo o europeu como agente civilizatório, essencial para a formação do povo brasileiro (VIANNA, 2009, p.6). A criticidade presente em *História da América* desapareceu, sendo, inclusive, justificada a escravização dos nativos, pois se recusaram a colaborar com o branco.

Essa mudança no procedimento historiográfico de uma obra para outra deve ser bem frisada, até para que algumas possibilidades, que expliquem a forma em que produziu *História do Brasil*, possam ser suscitadas. Parece-me que Rocha Pombo não hesitou em sufocar o senso crítico presente na sua primeira obra, com o objetivo de se tornar um autor mais aceito comercialmente. Destoar da forma oficialmente aceita de escrever a História do Brasil poderia deixar qualquer um no limbo da produção bibliográfica.

Vianna considera provável que a inexistência, naquele momento, da disciplina de História da América (e a primeira obra de Rocha Pombo tratava justamente disso) possa ter colaborado para o fracasso de seu manual (VIANNA, 2009, p.5). Contudo, a meu ver, isso não é suficiente para explicar a mudança de paradigma historiográfico do autor. Ao que parece, nenhuma de suas obras didáticas posteriores apresentou o nível de criticidade presente na primeira obra. *História do Brasil*, aqui analisada, no máximo apresenta, em algumas passagens, reflexões sobre a intenção da causalidade dos fatos, como, por exemplo, a razão de Cabral aportar no Brasil para reconhecer a terra já em posse de Portugal e não como obra do acaso, ideia defendida pela historiografia por mais de trezentos anos (ROCHA POMBO, 1967, p.22-23). Percebo, portanto, no autor, uma evidente maleabilidade. Para ratificar minha hipótese, vale destacar que *Nossa Pátria*, produzida nos parâmetros mercadológicos e ideológicos da época, teve mais de 80 edições, enquanto *História da América* só foi publicada duas vezes!

Mesmo com tamanha produção, Rocha Pombo não foi unanimidade entre os intelectuais brasileiros. Enquanto Rodolfo Garcia, seu sucessor na Academia, elogiou seu compêndio *História do Brasil*, considerando que era “o livro mais consultado, o mais lido de todos, o que significa popularidade e vale pela mais legítima das consagrações”, João Ribeiro, autor de outros manuais, criticou o livro em questão, chamando-o de “difuso, frio, raras vezes ameno, de leitura difícil”<sup>2</sup>, embora reconhecendo que havia informações úteis nele. A falta de unanimidade acerca da qualidade de sua produção bibliográfica não lhe impediu de ser considerado, no Paraná, um grande destaque

---

<sup>2</sup> Disponível em: <[www.academia.org.br/academicos/rocha-pombo](http://www.academia.org.br/academicos/rocha-pombo)>. Acesso em: 01/11/2016.

na literatura do estado. Por isso, sua memória é preservada, inclusive com várias pesquisas acadêmicas sobre sua vida e obras. Como homenagem, a Academia Paranaense de Letras deu o nome dele à cadeira nº 1 dessa instituição.

### **Características do manual *História do Brasil***

O exemplar de *História do Brasil* analisado por mim para a elaboração deste trabalho pertence à 14ª edição, do ano de 1967, editado pela Companhia Melhoramentos, de São Paulo, revisto e atualizado por Hélio Vianna. Antes, porém, de fazer algumas considerações, comentarei determinadas características da 1ª edição. Não consegui obtê-la, por isso, utilizei com esse fim a pesquisa realizada por SANTOS (2008).

A obra *História do Brasil* foi publicada, originalmente, em 10 volumes, entre os anos 1905 e 1917, por J. Fonseca Saraiva Editor e Benjamim de Aguiar Editor, na cidade do Rio de Janeiro. No primeiro volume, havia um prefácio de 30 páginas, intitulado *A concepção moderna de História*, em que o autor discute os aspectos filosóficos e científicos da História, segundo sua ótica, expondo certas tradições “que vão do cientificismo e do evolucionismo característicos da ambiência cultural do século XIX a claras referências a textos de natureza sociológica” (SANTOS, 2008, p. 3).

Para Rocha Pombo, a ciência da História ainda estava em construção, no entanto, no campo das Ciências Sociais era possível determinar as leis que regulam a sociedade. Dessa forma, ele ainda não era o “realizador da ciência histórica do futuro”, pois não havia bases para isso. O que podia fazer era “estabelecer as relações entre os fatos resultantes da ação humana no tempo e a consequente projeção do seu sentido teleológico” (SANTOS, 2008, p. 3), igualando-se, portanto, aos que o antecederam na tarefa de escrever a História. Santos (2008, p. 3) afirma que:

Nesse sentido não poderia se dizer, então, que haveria em sua época uma ciência da História propriamente dita, mas Rocha Pombo não tinha dúvidas em professar que, – se a História não é ainda uma ciência definitivamente formada – é pelo menos uma ciência em vias de formação. Esse modelo de cientificidade (...) por exemplo, claramente buscava transpor para a História alguns dos paradigmas das ciências naturais do dezenove. (...) A noção moderna de História proposta por Rocha Pombo reuniria a busca de uma racionalidade passível de ser apreendida pelo estudo do passado a um esforço sociológico de determinação de um sentido teleológico para a História.

Rocha Pombo também escreveu, nesse prefácio, que a falta de recursos e tempo o impedia de frequentar arquivos estrangeiros, e que, por isso, não utilizaria fontes primárias no seu trabalho. Ele reconheceu a importância dessas fontes, mas não as consultou para a elaboração da 1ª edição de *História do Brasil*, contrariando as diretrizes da pesquisa historiográfica estabelecidas na dissertação *Como se deve escrever a História do Brasil*, de Karl Friedrich Phillip von Martius, mencionada anteriormente. Esse trabalho havia se tornado o referencial para a constituição da

disciplina histórica, mesmo que, posteriormente, tenha sofrido várias críticas. Teve como ponto inicial a formação do povo brasileiro a partir da união das raças, destacando o europeu, levando em consideração a análise das fontes primárias, produzidas por cronistas dos primeiros séculos de colonização. Rocha Pombo explicou:

Não pondo em cálculo o material informe existente nos nossos arquivos e bibliotecas – só os trabalhos de consubstanciação parcial já representam regular contribuição cujo proveito não se pode desconhecer. Temos a nosso alcance bom número de monografias, de memórias e narrativas, de teses e dissertações e até de histórias particulares de alguns Estados; e tudo isto nos facilitará o arranjo do contexto histórico, simplificando-se, portanto enormemente a nossa tarefa: a qual, como se vê, se reduz a uma classificação – apenas mais vasta talvez do que as existentes até agora, – de todo o material com que tem de contar o historiador futuro (ROCHA POMBO *apud* SANTOS, 2008, p.5).

Mesmo reproduzindo o que outros autores escreveram, sem consulta às fontes primárias, Rocha Pombo obteve enorme sucesso com *História do Brasil*, que seguiu sendo publicada até a década de 1970, servindo de referência didática para várias gerações. Com relação a isso, uma observação de Young (*apud* VIÑAO, 2008) se faz bastante pertinente: “o que atualmente passa por [todas as disciplinas] deve ser tratado como um produto sócio-histórico, ou seja, [resultado de conflitos de interesse]”. No caso específico de Rocha Pombo, o conflito era decidir entre se tornar um autor renomado ou cair no ostracismo bibliográfico.

Curiosamente, na edição por mim analisada, Rocha Pombo valoriza o trabalho dos cronistas Pero de Magalhães Gandavo e Gabriel Soares de Sousa:

A primeira, na ordem cronológica, é a História da Província Santa Cruz, de Gandavo. É uma notícia muito ligeira do país e dos serviços que tinha feito os primeiros colonos, até 1576. A segunda, muito mais vasta, é a Notícia do Brasil, ou Tratado Descritivo do Brasil em 1587, de Gabriel Soares de Sousa. Este é o trabalho mais considerável e de mais importância histórica produzido nos três séculos do período colonial. Depois da publicação desta obra (já no século XIX) ninguém mais, até hoje, se ocupou de história ou geografia do Brasil, que não tivesse de beber fartamente neste grande manancial, pode-se dizer inesgotável, e a todos os respeitos dignos da maior estima e admiração (ROCHA POMBO, 1967: 406).

No entanto, reconhecer a importância das fontes primárias não significa necessariamente lê-las e pesquisá-las. Para corroborar meu argumento, cito a ausência de certas práticas sexuais na caracterização dos povos nativos, no relato de Rocha Pombo que, todavia, estão presentes nas obras dos cronistas. Farei essa análise e comparação mais adiante.

Com o que foi exposto, considero que Rocha Pombo começou sua produção didática disposto a fazer da criticidade uma ferramenta na elaboração de seus manuais (*História da América*, 1900). Não recebendo a aceitação que esperava, rapidamente mudou seu estilo e já na produção seguinte (*História do Brasil*, 1905) deixou de lado o uso de fontes primárias, tornando-se, de fato,



mais narrador do que um historiador. O ápice dessa variação historiográfica foi atingido com *Nossa Pátria* (1917), em que escreveu uma história claramente eurocêntrica.

### A 14ª edição de *História do Brasil*

A 14ª edição foi revista e atualizada por Hélio Vianna. Considero importante, por isso, fazer uma breve apresentação desse autor.

Hélio Vianna (1908-MG/1972-RJ) foi jornalista, professor e historiador. Integrou a ala intelectual da Ação Integralista Brasileira, na época do governo de Getúlio Vargas. A partir da dissolução da AIB por ocasião do Estado Novo, instaurado em 1937, passou a dedicar-se à prática docente e à pesquisa histórica. Foi o primeiro catedrático de História do Brasil (1939) na Universidade do Brasil.

Era associado a diversas instituições de pesquisa histórica, a institutos militares de formação e à academia diplomática brasileira. Foi, também, redator da revista *Hierarquia*, representante da direita radical<sup>3</sup>. Essa caracterização de Hélio Vianna pode nos ajudar a compreender porque, ao redigir o último capítulo desse exemplar, acerca do governo militar instituído em 67, tenha dito:

A 15 de março, tomando posse o presidente Costa e Silva, entrou em vigor a nova Constituição, como as anteriores democrática, federalista e presidencialista. (...) A ordem econômica tem a finalidade de realizar a justiça social. Aos trabalhadores foram atribuídos novos direitos. A todos os cidadãos assegurou-se a liberdade individual, respeitadas as exigências da segurança nacional. (ROCHA POMBO, 1967: 443).

A 1ª edição de *História do Brasil* apresenta um panorama histórico do Brasil, do Descobrimento até os anos iniciais da República Velha. O último volume desse manual foi publicado em 1917. Esse período republicano da história brasileira é apresentado como uma “descrição de fatos ocorridos em uma ordem cronológica e pouco problematizada, tendo a sucessão de fatos como o eixo central da escrita” (VIEIRA, 2014, p.80).

Na edição que analisei, Hélio Vianna acrescenta mais informações históricas até o ano de 1967, quando faz o elogio à ditadura instalada no País. De fato, seus acréscimos não destoam da escrita linear e acrítica usada por Rocha Pombo no último volume de sua obra.

### Características da obra

A edição de 1967 é uma condensação dos dez volumes que compunham a obra original de Rocha Pombo. É, portanto, um único volume de capa dura, com 454 páginas, dividido em 24 capítulos, desde o Descobrimento do Brasil à República Nova, como é chamado o período de 1930

<sup>3</sup> Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/viana-helio](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/viana-helio)>. Acesso em: 01/11/16.

a 1967. Ao final do livro, há um quadro sinóptico com o resumo dos principais fatos relacionados à história do País, do século XVI ao XX.

O prefácio é curto, preparado pela própria editora, em que enaltece a figura e a obra de Rocha Pombo. Também explicita os objetivos do manual: destina-se ao primeiro ciclo do ensino secundário, aos candidatos aos cursos superiores e aos estudantes das Faculdades de Filosofia, além de servir “ao manuseio de mestres primários e de professores de ginásio, para o preparo de aulas e mais largos estudos, tão valiosos são os subsídios e sugestões que apresenta” (ROCHA POMBO, 1967, p. 5).

Há várias ilustrações no livro, em preto e branco, identificadas num índice específico, porém sem muita relação com o assunto em pauta nas páginas em que aparecem, dando a entender que mais enfeitam do que contribuem para a explicação dos fatos narrados.

O início de cada capítulo apresenta um sumário com os tópicos a serem tratados e o final cita as *Questões Conexas*: assuntos relacionados ao tema geral do capítulo, mas que não são, necessariamente, tratados pelo autor. Os parágrafos dos capítulos são numerados. A linguagem é bastante descritiva, parecendo que o autor tinha a preocupação de criar um quadro vivo na mente do leitor. Como exemplo, cito a partida dos navegantes de Lisboa em direção ao Brasil:

No dia 8 de março, tendo à frente o capitão-mor, saía do paço da Alcáçova a expedição, no meio de aclamações, dirigindo-se para a margem do Tejo. O rio simulava agora uma floresta de mastros. As naus estavam embandeiradas, e ostentando profusão de flâmulas de vivas cores. Sob o troar dos vivas e o estridor das trombetas, seguiu a gente para bordo; e não demorou que as naus salvassem à terra, sob vasto delírio de ovações. Pelas três da tarde, levantavam âncoras, e desciam vagarosamente até Belém” (ROCHA POMBO, 1967, p. 20).

Esse estilo excessivamente descritivo continua em todo o livro. Não há propostas de exercícios ou qualquer tipo de atividade de verificação da aprendizagem.

Escolhi, para análise mais profunda, as partes do manual que tratam das populações nativas. Essa escolha se deve ao objetivo proposto para o resultado deste trabalho, qual seja evidenciar que Rocha Pombo não mencionou certas práticas sexuais dos nativos, expostas nas obras dos cronistas Gabriel Soares de Sousa e Pero de Magalhães Gandavo. Essas partes escolhidas correspondem a 18 páginas, divididas em tópicos intitulados *As populações indígenas e Ainda as populações indígenas* (páginas 23-28 do 1º capítulo) e *A catequese dos selvagens* (páginas 73-79 do 4º capítulo).

Rocha Pombo narra que os indígenas do Brasil são descendentes dos incas, no entanto, degeneraram, formando dois grandes grupos, divididos entre tapuias, que se fixaram no interior, e tupis, presentes no litoral: “Êstes povos que se isolaram do Peru sofreram aqui um grande abaixamento de cultura, ou metamorfose regressiva: da qual, no entanto, os tupis, por esforço próprio, já se reerguiam vigorosamente” (ROCHA POMBO, 1967, p.24).



Na perspectiva de Rocha Pombo, os tupis se sobrepunham aos tapuias porque aqueles tinham “independência moral”, um “espírito mais aberto e mais extenso”, significando com isso um sistema de valores ou atitudes mais próximo do padrão civilizador do branco: força, coragem, desejo de glória, defesa da honra. Nesse ponto, o autor escreve que a antropofagia dos tupis era “uma cerimônia de culto”, uma “antropofagia heroica”, e não simplesmente um banquete “por gula”, próprio dos tapuias. O autor faz ainda uma comparação entre os tupis e os germanos, povos que, juntamente com os romanos, formaram a civilização da Europa Ocidental, após a queda do Império Romano do Ocidente:

Tanto entre os germanos como entre os tupis: o guerreiro vive sempre armado; a grande virtude é o valor militar; a regra da união conjugal é a monogamia; a hospitalidade é proverbial nos lares; ausência de propriedade individual. Entre uns e outros eram punidos: o homicídio, o adultério, a mentira, a perfídia, a deserção e o roubo; estavam perfeitamente fixadas as relações jurídicas entre o pai e o filho, entre senhor e escravo, entre as famílias da mesma taba, entre as tabas ou tribos da mesma nação, e até entre nações diferentes”. (ROCHA POMBO, 1967, p. 26).

Rocha Pombo narra as crenças religiosas e os costumes mortuários dos “nossos selvagens”, além da produção de objetos, hábitos alimentares e a constituição da língua tupi. Embora reconhecendo que ainda faltam pesquisas sobre essa língua, Rocha Pombo descreve o *modus operandi* do idioma, desde a ausência de certas consoantes (r, s, l, f) à formação do plural, das construções verbais e da formação dos graus aumentativo e diminutivo. Chega mesmo a relacionar o tupi ao sânscrito, língua antiga da Índia:

Quanto à formação de palavras, há nas línguas tupis umas tantas particularidades muito curiosas. Os nomes de números, por exemplo, poderiam, só por si, dar ideia da alta importância que, mesmo sob o ponto de vista geral da linguística comparativa, há de vir a ter o estudo das línguas brasílicas. Bastaria o fato de reconhecerem-se logo analogias perfeitas entre formas do tupi e formas equivalentes do antigo sânscrito. No numeral *moçopir* “três” figura o nome do número “dois”, *moçoi*, ao qual se juntou a partícula *pir* “mais”, “além”, ou “acima”. Só os dois primeiros números têm nomes originais. Dêles por diante os nomes de números são compostos, exatamente como na matriz das línguas arianas (ROCHA POMBO, 1967, p. 32).

Rocha Pombo considera que os indígenas tiveram grande importância para o estabelecimento dos colonos, pois conheciam a terra e foram, portanto, uma ajuda valiosa. Destaca também a bravura com que lutaram contra a “violência da conquista”, afirmando que, justamente por isso, “esta família humana tinha um largo fundo moral que a fazia apta para a plenitude da vida histórica” (ROCHA POMBO, 1967, p.33). Aqui ele valoriza essa reação dos nativos, mas em *Nossa Pátria*, pelo contrário, justifica a escravidão pelo fato de os indígenas se recusarem a colaborar com a colonização.

Sobre a catequização, o autor entende que foi necessária para “fazer a aliança de duas raças em uma disparidade de cultura tão profunda e tão extensa” (ROCHA POMBO, 1967, p.73). Sempre enfatizando a abnegação e o espírito de sacrifício dos missionários, Rocha Pombo conclui o tópico sobre a catequese dizendo:

Os próprios padres incumbiam-se de todos os serviços, como sempre costumavam. (...) Eram eles mesmos os cozinheiros, os criados e enfermeiros uns dos outros, tomando cada qual a sua tarefa, e sem nunca sacrificar a função sagrada que todos tinham. (...) Tiveram os missionários a feliz idéia de confiar aos próprios índios agremiados à proteção do aldeamento. Para isso, instalaram-se, como capitães de vigia, alguns principais nos pontos onde podiam ter mais fácil acesso os agressores (ROCHA POMBO, 1967, p. 79).

O ponto mais importante para minha análise diz respeito às práticas sexuais dos nativos, ausentes nos relatos de Rocha Pombo. O autor, no máximo, cita a composição familiar ou a prática do casamento:

A família, entre os nossos selvagens, estava perfeitamente organizada. Em regra, para as uniões, o parentesco, do segundo grau por diante, era uma razão de preferência para os nubentes. Cumpria, também, ao homem solteiro desposar a viúva do irmão (...) A monogamia era a regra; e, quando excepcionalmente, tomava um chefe mais de uma mulher, a autoridade doméstica pertencia à primeira esposa, e por esta se regulava a sucessão paterna. Em geral, aos 25 anos devia o rapaz casar-se; e até essa idade, conservava-se casto. A rapariga só podia casar depois que era mulher (ROCHA POMBO, 1967, pp.29-30).

Essa caracterização cristã da composição familiar dos nativos, feita por Rocha Pombo, é praticamente uma padronização que esconde as diversas práticas e formas de se relacionar sexualmente que os povos nativos tinham, de fato, à época da colonização. André Thevet (*apud* SWAIN, 1996, p.136) relatou, no século XVI, que “este povo é muito luxurioso, carnal e mais do que brutal, as mulheres especialmente, pois elas procuram e praticam todos os meios para atrair os homens ao ato”. Não havia tabus quanto à virgindade e às relações incestuosas, ao contrário do que Rocha Pombo narrou. Em várias comunidades a poligamia era uma idiossincrasia. E até as relações homossexuais eram toleradas. Horrorizado, Gabriel Soares de Sousa escreveu acerca dos tupinaés:

São muito afeiçoados ao pecado nefando<sup>4</sup>, entre os quais se não têm por afronta; e o que serve de macho, se tem por valente e contam esta bestialidade como proeza; e nas suas aldeias pelo sertão, a alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas (SOUSA, 1971, p. 334).

Gandavo, da mesma forma, relatou sobre as relações entre algumas índias:

---

<sup>4</sup> Pecado nefando diz respeito às práticas sodomíticas, hoje nomeadas como homossexuais. À época, era considerado crime passível de punição pela justiça eclesiástica e civil.

Algumas índias ha que também entre eles determinam de ser castas, as quaes nam conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consetirão ainda que isso as matem. Estas deixam todo exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus officios, como senam fossem femeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos, e vão à guerra com seus arcos e frechas, e à caça perseverando sempre na companhia dos homens e cada uma tem uma mulher que a serve, com quem diz he casada, e assi se comunicam e conversam como marido e mulher (GANDAVO *apud* SWAIN, 1996, p.144).

É possível perceber, na escrita dos cronistas, seu próprio preconceito e a intenção de rotular as práticas presentes nas comunidades dos nativos como “pecado” e “abominável”. Certamente, causou estranhamento a esses homens os comportamentos e as práticas sexuais dos nativos, que destoavam da moral cristã, na qual estavam imersos os europeus. No entanto, esse estranhamento não impediu que os autores descrevessem as práticas dos nativos. Elas foram devidamente registradas por eles.

### Considerações finais

Rocha Pombo, ao escrever sobre a vida dos “selvagens”, não incluiu o que foi bem documentado pelos cronistas. Encontrar uma possível razão para esse fato foi o que norteou este trabalho. Vale lembrar que, na primeira edição do volume 1 de *História do Brasil*, ele próprio afirmou que não tinha como frequentar arquivos, daí a impossibilidade de acessar as fontes primárias. Esse já é um fato a ser levado em conta quando se pretende analisar o fazer historiográfico desse autor.

Outras questões certamente podem ser suscitadas acerca disso. Sob uma ótica positivista (e o positivismo regia o fazer historiográfico no período produtivo de Rocha Pombo), a fonte é algo importante. No entanto, procuro me ater, no âmbito deste trabalho, na busca de uma possível resposta para o fato de Rocha Pombo não mencionar as vivências sexuais dos nativos nas partes em que aborda a vida deles. Será o resultado natural de não consultar arquivos e fontes?

Rocha Pombo considerou as crônicas de Gabriel Sousa e Pero Gandavo importantes. Chegou mesmo a dizer que, para escrever qualquer trabalho sobre a história ou geografia do País, obrigatoriamente tinha-se que “beber nesses mananciais” (ROCHA POMBO, 1967, p.406). Todavia, essa defesa da importância das fontes não se coaduna com o que de fato produziu em seu manual. Parece-me que, deliberadamente, o autor apenas reproduziu o que outros autores de manuais produziram.

No que diz respeito especificamente às práticas sexuais dos povos nativos, Rocha Pombo simplesmente seguiu o silenciamento imposto pela sociedade, repetindo, ao caracterizar as relações sexuais e afetivas dos nativos, um padrão cristão de formato familiar e prática sexual (a

monogamia), que não condizia, estritamente, à realidade daqueles povos. Como lugar de memória, o manual didático está imbuído de certos aspectos dela e é reconhecido como tal pela sociedade que o criou. Nora (1993, p.13) explica que lugares de memória são “locais materiais ou imateriais”, em que a memória de uma sociedade se cristalizou e “onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando existir um sentimento de formação da identidade e de pertencimento”.

Como consequência de uma disputa de memórias (POLLAK, 1989, p.4), os manuais didáticos apresentavam a memória que se queria conservar acerca das práticas sexuais dos povos nativos. Rossi (2010, p.32) afirma que o silenciamento da memória não é neutro e que tem certas intencionalidades. Em alguns casos, objetiva a aceitação de um determinado tipo de conhecimento e o enquadramento da memória que se quer perpetuar. Na disputa de memórias, que constantemente ocorre no interior de qualquer sociedade, selecionam-se aquelas que são consideradas dignas de permanecer e as derrotadas nessa disputa são silenciadas:

Há muitos modos de induzir ao esquecimento e muitas razões pela qual se pretende provocá-lo. O “apagar” não tem a ver só com a possibilidade de rever a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdades parciais em teorias mais articuladas e mais amplas. Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade. Com frequência se pretendeu impedir que as ideias circulem e se afirmem, desejou-se (e se deseja) limitar, fazer calar, direcionar para o silêncio e o olvido. Aqui, o convite ou a coerção ao esquecimento tem a ver com as ortodoxias, com a tentativa de coagir todo pensamento possível dentro de uma imagem enrijecida e paranoica do mundo.

Embora fartamente descritas (carregadas de juízo de valor, sem dúvida) pelos cronistas, as práticas sexuais dos nativos não aparecem na obra mais monumental de Rocha Pombo. Por que ele não “frequentou arquivos”? Creio que não. Os tratados dos cronistas já haviam sido publicados no início do século XIX e, de certa forma, o acesso a eles não era algo impossível.

A edição analisada por mim para este trabalho foi revista e atualizada por Hélio Vianna, mais de trinta anos após a morte de Rocha Pombo, quando, segundo o prefácio elaborado pela editora, houve a “harmonização de algumas passagens com os resultados de recentes pesquisas de nossa história” (ROCHA POMBO, 1967, p. 5). Era de se esperar, então, que realmente houvesse uma “harmonização” com as fontes primárias e que comportamentos e costumes naturais dos povos nativos fossem apontados tal como ocorriam, porém, essa harmonização não foi feita.

O silenciamento, imposto pela sociedade, de uma vivência sexual distinta da “normalidade”, foi a causa para que a 14ª edição de *História do Brasil* ficasse como a primeira, no que diz respeito a esse ponto. E, de certa forma, esse silenciamento permanece na sociedade, haja vista que a menção a essas práticas continua ausente nos livros didáticos de História na atualidade.

## Referências

- CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Tese de Doutorado em Educação – Setor de Educação, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes/SILVA, Norma Lucia da. “Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História”. *História & Ensino*: Londrina/PR, vol.2, nº 17, p. 283-306, jul/dez. 2011.
- MOREIRA, Kênia Hilda. “Livros didáticos de História no Brasil do século XIX: questões sobre autores e editores”. *Educação e Fronteiras*: Dourados/MS, vol. 3, nº 5, p. 31-44, 2010.
- NADAI, Elza. “O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva”. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, vol.13, nº 25/26, p.143-162, 1993.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, vol. 10, dez. 1993.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, p.3-15, 1989.
- ROCHA POMBO, Rocha. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 14ª ed., 1967.
- ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*. Seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Unesp, 2010.
- SALLAS, Ana Luisa Fayet. *Visões do Brasil: Carl Fredrich von Martius e Sílvio Romero*. Caxambu/MG: XIX Encontro Nacional da ANPOCS, 1995.
- SANTOS, Ivan Norberto. *As concepções de história na história do Brasil de Rocha Pombo*. Rio de Janeiro: XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, 2009.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. “Manuais de didática da história destinados à formação de professores e a constituição do código disciplinar da história no Brasil: 1935-1952”. *História*, São Paulo, vol.30, nº 2, p. 126-143, 2011.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- SWAIN, Tania Navarro. “A construção imaginária da História e dos gêneros: o Brasil no século XVI”. *Revista da Pós-graduação da UnB*, Brasília, vol.4, nº 2, p.143, 1996.
- VIANNA, Juliana Golin Xavier. *A produção didática de Rocha Pombo: análise de História da América e Nossa Pátria*. Disponível em: <[revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20872/0](http://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/20872/0)>. Acessado: em 02/11/2016.
- VIEIRA, Guilherme Braunsperger de Lima. *A História do Brasil de Rocha Pombo: a utilização do herói e das obras de memória na criação de uma identidade nacional*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso, 2014.
- VIÑAO, Antonio. “A história das disciplinas escolares”. *Revista Brasileira de História da Educação*, vol. 8, nº 3, 2008.

**Resumo:** Precusores dos livros didáticos, os manuais didáticos foram importantes ferramentas usadas no ensino de História por mais de um século. Com essa perspectiva, analiso um desses manuais, produzido por Rocha Pombo, publicado em 1967, em sua 14ª edição. Discuto a ausência de comentários acerca de costumes sexuais comuns aos povos nativos. Para tanto, confronto as partes analisadas do manual com excertos de obras dos cronistas do séc. XVI, tais como Sousa e Gandavo, que registraram esses costumes. Concluo, com base em Pollak (1989), Nora (1993) e Rossi (2010) que houve um silenciamento dessas práticas, mesmo constantes nas fontes primárias, a fim de conformar a narrativa histórica do manual com a moral vigente na época de sua publicação.

**Palavras-chave:** Rocha Pombo; manual didático; práticas sexuais indígenas; silenciamento da memória.

**Resumen:** Precusores de los libros didáticos, los manuales didáticos fueron importantes herramientas usadas en la enseñanza de la História por más de un siglo. Con esa perspectiva, analizo uno de esos manuales, producido por Rocha Pombo, publicado en 1967, en su 14ª edición. Discuto la ausencia de comentarios acerca de las costumbres sexuales comunes a los pueblos nativos. Para ello, confronto a las partes analizadas del manual con partes de obras de los cronistas del siglo XVI, tales como Sousa y Gandavo, que registraron esas costumbres. Concluyo, con base en Pollak (1989), Nora (1993) y Rossi (2010) que hubo un silenciamento de esas prácticas, aunque estuvieran presentes en las fuentes primarias, a fin de conformar la narrativa histórica del manual con la moral vigente en la época de su publicación.

**Palabras clave:** Rocha Pombo; libro didático; prácticas sexuales indígenas; silenciamento de la memoria.

*Recebido em: 05/11/2017.*

*Aceito em: 20/11/2017.*